

Em Rede

Rede de Autarquias Participativas | Nº 11

Outubro de 2024

NESTE EDIÇÃO

8ª EDIÇÃO DO PRÉMIO DE
BOAS PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO

LIVRO “CUIDADORES DO TERRITÓRIO”

CURSO DE FORMAÇÃO “PARTICIPAÇÃO
PÚBLICA: CONCEITOS E MÉTODOS”



FICHA TÉCNICA

TÍTULO	Boletim Em Rede
NÚMERO	II
DATA	Outubro de 2024
EDIÇÃO	Rede de Autarquias Participativas
PRODUÇÃO	Oficina
FOTOGRAFIA	As fotos desta edição foram gentilmente cedidas pela Câmara Municipal de Valongo e pelas autarquias concorrentes ao Prémio de Boas Práticas de Participação.

CONTACTOS

OFICINA

Incubadora de Empresas da Universidade do Algarve
Campus de Gambelas, Pavilhão G8
8005-139 Faro, Portugal

rap@oficina.org.pt

EDIÇÃO DE USO DIGITAL DISPONÍVEL EM

<https://participaportugal.pt>



CONTEÚDOS

- 4 Mensagem da Presidência
- 5 Apresentação
- 6 8ª edição do Prémio de Boas Práticas de Participação
- 38 Livro Cuidadores do Território
- 41 Curso de formação “Participação Pública: Conceitos e Métodos”



Pedro Brás

Presidente da União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão

Vice-Presidente da Rede de Autarquias Participativas

Estimados membros da Rede de Autarquias Participativas,

As transformações realizadas pelo Poder Local sempre se caracterizaram por serem progressistas e diferenciadoras, no que respeita à introdução de novos processos de participação e mobilização popular, bem como, essenciais para a melhoria contínua da qualidade de vida dos cidadãos.

Numa altura em que se discutem as ameaças populistas e que enfrentamos problemas estruturais relativos ao acesso da habitação, da educação, da integração, da inclusão, da cultura e desporto, são as autarquias o garante da estabilidade e da confiança perante as suas comunidades, fruto da proximidade e do intensificar de políticas de participação, em que cidadãos se tornam decisores das suas próprias iniciativas e dos projetos que idealizaram.

Apesar de conferirmos mais aos municípios a capacidade mobilizadora e transformadora dos territórios, aquilo que verificamos é que as Freguesias assumem um papel essencial para cimentar a democracia participativa e colaborativa junto das comunidades. As competências adquiridas, a capacitação das organizações e o conhecimento aprofundado das dinâmicas dos seus territórios, provocam o surgimento de iniciativas e propostas que aumentam a confiança das pessoas.

As Freguesias assumem-se como a primeira linha de resposta para enfrentar os problemas das pessoas, mas também, na promoção e implementação de processos participativos, como o Orçamento Participativo.

Temos de olhar para o papel que as Freguesias podem desempenhar, junto das populações, para cimentar a democracia participativa como pilar fundamental de uma sociedade que valoriza a participação, a inclusão, a integração, a diversidade e a construção coletiva. As experiências existentes e os sinais que temos observado permitem avançar a ideia de que as comunidades estão mobilizadas para um intensificar de um despertar de participação.

APRESENTAÇÃO

Este número do Boletim é dedicado à 8ª edição do **Prémio de Boas Práticas de Participação**, destinado a reconhecer e valorizar projetos inovadores de democracia participativa desenvolvidos em Portugal.

Nas páginas que se seguem encontram-se destacadas as 18 candidaturas recebidas, tendo os textos e as imagens sido disponibilizados no âmbito das mesmas.

Esta edição conta também com a apresentação do livro “Cuidadores do Território - Parcerias entre Estado e Comunidade para a cogestão de bens públicos”, recentemente lançado pela Rede de Autarquias Participativas.

Merece ainda destaque o curso de formação sobre “Participação Pública: Conceitos e Métodos”, mais uma iniciativa da RAP destinada à capacitação das autarquias.

Agradecemos a vossa leitura!

Dossiê

8^a EDIÇÃO DO PRÊMIO DE BOAS PRÁTICAS DE PARTICIPAÇÃO

APRESENTAÇÃO DOS
RESULTADOS E DAS
PRÁTICAS *



* Os textos e as fotos de apresentação das práticas são da inteira responsabilidade das autarquias concorrentes.

Resultados da 8ª edição do prémio de boas práticas

A cerimónia de apresentação dos resultados da 8ª edição do Prémio de Boas Práticas de Participação teve lugar em Valongo, no âmbito da 23ª Conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa, que decorreu entre 17 e 19 de outubro.



O Orçamento Participativo de Cascais ganhou o prémio de melhor prática da década.

A Rede de Autarquias Participativas vai cumprir, no próximo mês de dezembro, 10 anos de existência e de funcionamento ininterrupto. Trata-se de um motivo de celebração, razão pela qual a última edição do prémio pretendeu distinguir diversas iniciativas, nomeadamente: a melhor prática da década, a menção honrosa para uma boa prática municipal, a menção honrosa para uma boa prática de freguesia, bem como o galardão para a melhor prática inclusiva de grupos sub-representados.

Na presente edição, a Secretaria Técnica recebeu 18 candidaturas de várias autarquias, demonstrando o crescente interesse e empenho na promoção de práticas participativas a nível local.

Essas foram avaliadas por um júri composto por personalidades de destaque nas áreas de administração pública, educação de adultos,

cidadania ativa e democracia participativa, nomeadamente:

- **Adrià Duarte**, Coordenador do Observatório Internacional de Democracia Participativa, Barcelona;
- **António Fragoso**, Professor Catedrático e Diretor do Centro de Investigação em Educação de Adultos e Intervenção Comunitária da Universidade do Algarve;
- **Luísa Neto**, Presidente do Conselho Diretivo do INA – Instituto Nacional de Administração, I.P.;
- **Pedro Calado**, Diretor do Programa Cidadãos Ativos/European Media and Information Fund da Fundação Calouste Gulbenkian.

A avaliação das candidaturas é um trabalho bastante exigente e minucioso, cabendo aos elementos do júri classificar cada prática com base nos seguintes doze critérios:

- Pertinência dos objetivos da prática;
- Adequação da metodologia aos objetivos da prática;
- Adequação da metodologia à participação de grupos sub-representados;
- Adequação dos recursos mobilizados para o desenvolvimento da prática;
- Adequação da estratégia de comunicação associada à promoção da prática;
- Carácter inovador da prática;
- Capacidade de transferibilidade da prática para outros contextos;
- Dimensão educativa e formativa da prática;
- Impactos produzidos com a prática ao nível externo, na sociedade;
- Impactos produzidos com a prática a nível interno, na autarquia;
- Contributos da prática para a inclusão de grupos sub-representados;
- Metodologia utilizada para assegurar a avaliação da prática.



Concluída a análise das candidaturas, o júri ditou os seguintes resultados:

- **Melhor prática da década** – Orçamento Participativo de Cascais, do Município de Cascais;

- **Menção honrosa para boa prática municipal** – Projeto participado em comunidades desfavorecidas na promoção de habitação pública (1º Direito), do Município da Maia;
- **Menção honrosa para boa prática de freguesia** – Orçamento Participativo Jovem, da União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão;
- **Melhor prática inclusiva** – o prémio foi atribuído, ex aequo, ao Projeto participado em comunidades desfavorecidas na promoção de habitação pública (1º Direito) e ao Labic MaiaINCLUI – Anta, ambas promovidas pelo Município da Maia.



Estas distinções constituem uma oportunidade para reconhecer o trabalho das autarquias que se destacam na implementação de boas práticas de participação, promovendo um maior envolvimento dos cidadãos nas decisões que afetam as suas comunidades.

A Rede de Autarquias Participativas congratula-se, assim, por continuar a desempenhar um papel crucial na disseminação e valorização da democracia participativa em Portugal.

Orçamento Participativo de Cascais

Município de Cascais



O Orçamento Participativo (OP) de Cascais é uma celebração da democracia, onde cada voz tem o poder de ajudar a construir o futuro da comunidade. Este processo inovador, com doze edições realizadas até ao momento, é mais do que uma ferramenta de gestão pública; ele transformou-se numa política pública e numa cultura de participação. É uma manifestação de confiança, envolvimento e esperança democrática.

Com 56,8 milhões de euros de investimento e mais de 583 mil votantes, o OP é a prática de participação mais importante do município.

Os números do OP Cascais são impactantes quer no ciclo de decisão quer de implementação, mas verdadeiramente importante é a forma como transformou o território e foi o impulsionador de um sistema coerente de participação.

Reconhecido nacional e internacionalmente o OP de Cascais tem inspirado a Europa e o mundo sendo um exemplo de boas práticas. O seu sucesso deve-se a um poder político comprometido, uma equipa técnica multidisciplinar e em exclusivo para o processo e ao envolvimento de milhares de cidadãos que todos os anos participam nas diferentes fases.

A sua metodologia revolucionou o modelo tradicional de administração pública ao promover uma abordagem mais colaborativa e baseada em competências. Em vez de seguir a estrutura hierárquica convencional, o modelo de governance do OP Cascais incentiva a formação de equipas interserviços, que valorizam as competências práticas e a experiência dos técnicos, assim como dos cidadãos.

No OP, cada cidadão tem a oportunidade de expressar as suas ideias e transformar sonhos e necessidades em realidade. Através do processo, todos encontram um espaço para contribuir com o seu talento e criatividade.

O OP de Cascais é um reflexo de responsabilidade cívica. Um modelo de participação cidadã. Mais do que uma iniciativa, o OP é um movimento. É a voz coletiva de uma comunidade que acredita no poder da colaboração e na força da democracia.

Juntos, construímos uma Cascais melhor, mais inclusiva e mais vibrante, onde cada cidadão é um agente de mudança. Este é o espírito do OP, e esse está mais vivo do que nunca.



Menção honrosa para Município
Melhor prática inclusiva

Projeto participado em comunidades desfavorecidas na promoção de habitação pública (1º Direito)

Município da Maia



O projeto, desenvolvido pela Espaço Municipal, no âmbito do mandato atribuído pelo Município da Maia e em articulação com este, e com a colaboração da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, tem por objeto principal o desenvolvimento de um processo participado correspondente à promoção de novos empreendimentos de habitação social na Maia, no âmbito do 1.º Direito – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, com vista ao realojamento e melhoria das condições de vida de comunidades minoritárias residentes nos núcleos precários da Anta, Ardegães e Lagielas.

O projeto tem como desígnio a construção de processos participativos de conceção de soluções habitacionais, que envolvam os agregados familiares a realojar em contexto comunitário, incluindo a organização de ações de capacitação e integração, direcionadas a residentes e outros formandos, e a elaboração articulada de projetos técnicos de arquitetura correspondentes a novos empreendimentos habitacionais destinados às referidas comunidades.

A metodologia incide em três dimensões complementares: o processo participativo de projeto (que pretende envolver as famílias e as equipas técnicas num trabalho conjunto de proximidade, para incorporar as preferências dos moradores nas soluções arquitetónicas), o processo técnico (englobando a resposta a todos os procedimentos de projeto, financiamento, execução, adjudicação de obra e construção do edificado) e a capacitação (cruzando diferentes naturezas de conhecimento, através da integração entre formação académica e aprendizagem local).

Deste modo, este projeto procura demonstrar que a habitação de promoção pública, desenvolvida através da construção de um processo participativo e de cocriação com estas comunidades, permite, simultaneamente, envolver e capacitar os seus elementos, habitualmente excluídos e em situação de precariedade, mas também promover a diversidade social da sociedade alargada, contribuindo para a desconstrução de estigmas e preconceitos, promovendo a interação social e a integração espacial.

Temos a certeza, considerando o trabalho realizado, que a experiência é absolutamente determinante para a integração social das comunidades desfavorecidas abrangidas, assumindo precisamente que a arquitetura pode e deve ser uma ponte para a evolução social e cultural, bem como para uma efetiva resposta de médio e longo prazo, mais holística.



Menção honrosa para Freguesia

Orçamento Participativo Jovem

União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão



O Orçamento Participativo Jovem (OPJ) da União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão foi lançado em novembro de 2019 com o objetivo de promover uma participação informada, ativa e construtiva dos jovens munícipes, pretendendo-se que estejam no centro das decisões.

Assim a cada nova edição, em grupo, os jovens definem as principais regras das Normas de Participação do OPJ. Atualmente o OPJ é destinado aos jovens que frequentam as turmas do 7.º ao 12.º ano, numa faixa etária aproximada de 12 -17 anos e tem uma dotação anual de 21 000,00 € para executar os 3 projetos mais votados.

Numa 1.ª fase, os jovens, em equipas de 2 a 5 elementos, criam, debatem e votam propostas em sala de aula e/ou através dos Spots da Freguesia (Encontros Participativos), com o objetivo de selecionarmos as mais votadas que passarão à 2.ª fase do projeto.

Na Batalha das Propostas, os jovens votam em papel numa urna tradicional nas suas duas propostas favoritas, por forma a seleccionar as 3 propostas mais votadas de cada uma das escolas que seguirão para a fase seguinte.

Na fase de Análise Técnica, a equipa é constituída por professores, alunos, parceiro Mypolis e um colaborador da Junta de Freguesia, que analisam as propostas finalistas e validam todas as que cumpram as regras das Normas de Participação.

Na 4.ª Fase- Votação Final- Os jovens votam em formato digital nas suas duas propostas favoritas por forma a seleccionar as 3 propostas mais votadas que serão vencedoras e executadas.

Por fim, na 5.ª Fase- Festa da Democracia, apresentamos os resultados e premiados os jovens, equipas, escolas. Em suma, desde a 1.ª edição, cerca de 7000 jovens criaram 879 propostas, votaram 300, elegeram 17 projetos vencedores.

Destacamos os 10 projetos vencedores e executados, num valor aproximado de 54 000,00€: torneios de Paint Ball e Tiro com Arco; sensibilização sobre os maus-tratos e bem estar animal; criação de um estúdio multimédia/rádio escolar; realização de vários workshops: primeiros socorros; autodefesa; programação; educação sexual e a doação de 250 cabazes com bens alimentares a famílias de alunos carenciados.



Labic MaiaINCLUI - Anta

Município da Maia



O Labic MaiaINCLUI - Anta constituiu uma “Ação de capacitação”, cuja operacionalização passou pela criação e dinamização de um espaço físico e relacional, com metodologias participativas, inovadoras e experimentais.

Os resultados alcançados foram extremamente positivos, pois deram voz a uma comunidade historicamente desfavorecida ao nível económico, social e cultural, caracterizada pela exclusão social e pelo estigma de ser totalmente composta por membros de etnia cigana, cujos hábitos culturais são ainda alvo de grande discriminação.

O Labic MaiaINCLUI - Anta proporcionou a produção de conhecimento como resultado das aprendizagens, a prototipagem de soluções para anseios e problemas reais, concretos e delimitados, melhorou a governação local através da experimentação orientada e, sobretudo, da mobilização para a cidadania participativa dos moradores.

O sucesso alcançado verifica-se em três eixos de intervenção: 1. Promoção da adesão à participação, interconhecimento e convocatória de ideias; 2. Operacionalização do apoio aos moradores, nomeadamente através da organização de encontros temáticos, oficinas, agilização de procedimentos institucionais e criação de redes de relacionamento com a sociedade global, para além da comunidade; 3. Implementação das melhorias, materiais e imateriais, apuramento e sistematização do conhecimento produzido e divulgação dos resultados.

O Labic MaiaINCLUI - Anta criou a oportunidade efetiva dos cidadãos participarem ativamente, mobilizando-se e executando melhorias na sua vida e na vida da sua comunidade. A título de exemplo, foi melhorado e dignificado o espaço habitacional, criado um espaço lúdico de convívio infantil, houve momentos de animação territorial e fruição cultural, que proporcionaram a inclusão social da comunidade na sociedade envolvente e a participação desta na vida da comunidade.

Apesar do contexto estigmatizante e desfavorável em que vive a comunidade da Anta, o Labic MaiaINCLUI alcançou os seus objetivos, obtendo uma avaliação positiva dos seus resultados, pelo sucesso da execução de todas as fases predefinidas, provocando mudanças e benfeitorias, materiais e imateriais.

Fruto do envolvimento, ação cidadã e participação ativa, a dinâmica de relações sociais implementada e os microprojetos efetivamente executados, de forma participada e colaborativa pela comunidade, melhoraram a sua qualidade de vida, autoconceito e imagem pública.



À Procura do Meu Lugar

Município de Valongo



O projeto “À Procura do Meu Lugar”, implementado pela Câmara de Valongo em colaboração com o Laboratório de Planeamento e Políticas Públicas da Universidade de Aveiro, foi uma iniciativa inovadora que colocou as crianças no centro do planeamento urbano, para responder ao desafio de envolver esta faixa etária na reflexão sobre o futuro do território em que habitam, incluindo a sua voz numa ampla dinâmica participativa, multigeracional, sobre o planeamento territorial.

Com o “À Procura do Meu Lugar” procura-se ainda desenvolver o espírito crítico de crianças e jovens para os desafios do planeamento e ordenamento, fomentar desde cedo práticas de participação cívica e apelar à criatividade e capacidade de inovação de crianças e jovens.

A iniciativa dirigiu-se a toda a população escolar do território de Valongo do 1º e 2º ciclos em 2020/2021, constituída por 4370 crianças, distribuídas por todos os agrupamentos escolares do Concelho de Valongo.

Com foco nos espaços de brincar, o projeto envolveu crianças e jovens na revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), incentivando a participação cidadã desde cedo.

A prática tem como principais características:

- metodologia participativa - o projeto utilizou uma metodologia lúdica e criativa. As crianças observaram, responderam a perguntas, propuseram melhorias e compartilharam as suas ideias. Essa abordagem participativa foi promotora da inclusão e diversidade.
- caderno de atividades - o projeto começou com a distribuição de cadernos de atividades para alunos de 1º e 2º ciclos das escolas do município. Cerca de 800 exemplares foram devolvidos, demonstrando a participação ativa das crianças.
- exposição itinerante - os trabalhos das crianças foram apresentados numa exposição que percorreu as escolas do município, permitindo que todas as crianças conhecessem as ideias das outras e incentivassem a participação cidadã.
- micro ações experimentais - a etapa seguinte envolveu a implementação de micro ações experimentais nos “lugares favoritos” identificados pelas crianças. Essas intervenções visaram inspirar mudanças de longo prazo e envolveram diretamente as crianças e os agrupamentos escolares.



SEMEAR - Estratégia Alimentar do Funchal

Município do Funchal



Com o objetivo de construir e implementar a Estratégia Alimentar do Funchal, o Município utilizou a ferramenta "CO-CREATE Dialogue Forum", de forma a incluir os cidadãos na elaboração da mesma.

Todo o processo foi muito enriquecedor, permitindo que os participantes fizessem parte da evolução da conversa, valorizando as contribuições dos seus pares, e produzindo uma discussão mais informada e resultados mais concretos.

A intenção de implementar metodologias participativas que envolvam os cidadãos e os parceiros locais nas políticas alimentares, potencia a criação de medidas e estratégias que melhoram a nossa consciência comum dos riscos e da sustentabilidade ambiental. Esta jornada só faz sentido se for realizada de forma coletiva, participativa e integrada, rumo a uma cidade cada vez mais saudável e sustentável, desenvolvida, inclusiva e humanizada.

Projeto BioDiverCities Valongo

Município de Valongo



Ciente da necessidade de proteger a biodiversidade local e de valorizar os espaços verdes urbanos, o Município de Valongo ambiciona aproximar os munícipes da natureza e envolver a população local nestas questões, pois só através do envolvimento dos cidadãos se pode atingir uma verdadeira transformação.

O município integrou a rede de cidades europeias criada no âmbito do projeto BiodiverCities da União Europeia, uma iniciativa que teve como foco principal o envolvimento dos cidadãos na cocriação de cidades mais verdes.

Neste sentido, surgiu o projeto BiodiverCities Valongo, desenvolvido com o objetivo de identificar as problemáticas locais ao nível da biodiversidade e dos espaços verdes urbanos existentes.

Conscientes de que a participação pode ser uma poderosa aliada para captar, ativar e gerar coletivamente soluções inovadoras, foi adotada uma metodologia participativa com o objetivo de garantir o envolvimento ativo dos cidadãos em todas as fases do projeto, que simultaneamente fosse um processo pedagógico que contribuísse para a construção de uma visão comum de território.

A implementação do projeto passou por quatro fases: desde a realização de sessões participativas, para debate e identificação de problemáticas, a co construção de um diagnóstico através do mapeamento de espaços verdes, o estabelecimento de prioridades e objetivos e, por fim, a implementação de ações experimentais e criação de um manual de boas práticas.

Assim, os cidadãos foram envolvidos num processo de cocriação, observando-se um trabalho colaborativo entre a comunidade e a autarquia, desde a fase de diagnóstico coletivo, à elaboração de propostas e à definição e implementação de ações experimentais.

Com o BiodiverCities Valongo pretendeu-se, não só olhar para o espaço público, mas sobretudo desenvolver um projeto de envolvimento comunitário na construção do mapa da biodiversidade do concelho e capacitar a comunidade para participar ativamente em ações de cocriação.



Cocriação do Regulamento Municipal dos Jardins Alimentares de Tavira

Município de Tavira



Em 2021, a proposta de implementar uma rede de jardins alimentares no concelho de Tavira foi um dos projetos vencedores do Orçamento Participativo.

Para a sua implementação, foram selecionados os primeiros espaços urbanos, nos quais será possível executar o projeto, e promovida a colaboração ativa dos cidadãos na elaboração das regras de funcionamento dos jardins, através da recolha de contributos, em reuniões realizadas em cada uma das seis freguesias do concelho.

Após estas sessões, foi constituída uma comissão de cocriação, da qual fazem parte cidadãos e cidadãs, técnicos e decisores políticos do Município de Tavira, que durante várias sessões delinearão e elaboraram as normas que agora compõem o regulamento municipal dos jardins alimentares.

A verdadeira inovação deste projeto reside no facto de o Município de Tavira ter transferido para um mini-público, constituído por cidadãos e cidadãs que se manifestaram interessados, decisores políticos, técnicos e parceiros, a cocriação de um instrumento jurídico-normativo da importância de um regulamento municipal.

A juntar a este facto, a origem deste projeto ser um processo de orçamento participativo.

Poder-se-á, facilmente, observar a constância democrática do processo nos diversos momentos. Desconhece-se a existência no nosso País de outras iniciativas de co-criação de um regulamento municipal nos moldes do presente.



Braga Voluntária – Estrutura Municipal de Voluntariado

Município de Braga



A Braga Voluntária é uma estrutura de proximidade, de promoção e desenvolvimento do voluntariado, em cooperação com as organizações promotoras de ações de voluntariado e que interage com os diferentes atores e agentes locais, com a Missão de dinamizar um voluntariado de impacto, ao serviço da comunidade, que é parte da solução nos desafios que enfrenta.

O objetivo principal é criar uma rede de atuação com modelos participativos, que fortaleça os laços sociais e comunitários e contribua para o bem-estar coletivo, com a premissa de que o voluntariado é uma poderosa ferramenta de transformação social.

A Braga Voluntária concebe e apoia na implementação e divulgação de projetos de voluntariado com oportunidades em áreas como educação, saúde, ambiente, ação social, cultura, desporto, bem-estar animal.

Para tal, trabalha em estreita colaboração com associações locais para entender as suas necessidades e oferece formação e orientação para garantir que os voluntários estejam bem preparados.

Promove, assim, a implementação de uma gestão eficiente e transparente das atividades de voluntariado, que envolve o acompanhamento das ações, a monitorização e avaliação do impacto.

É parte da visão do Município de Braga ser reconhecido pelo trabalho de excelência desenvolvido no âmbito do voluntariado, dando o exemplo e servindo de inspiração para as demais entidades. Neste sentido, dinamiza Encontros Intermunicipais de Voluntariado que coloca o tema do voluntariado na agenda de decisores políticos.

Promove ainda o voluntariado empresarial, tendo apoiado à implementação de um projeto inovador por parte de uma farmácia, que enquadrado num voluntariado de competências, leva cuidados de saúde primários a comunidades carenciadas, ao mesmo tempo que procura diminuir o isolamento social.

Com vista à valorização do trabalho voluntário, de todas as atividades de voluntariado e do mérito de voluntários, das organizações parceiras e do tecido empresarial envolvidos, são celebradas datas comemorativas, estando definido para 2025 a implementação do Dia Municipal do Voluntariado.

A ação da Braga Voluntária tem como base os valores da solidariedade, expressa na prática de uma cidadania ativa e de um trabalho de proximidade, nos quais se estabelecem relações de confiança e compromisso, onde se partilha a vontade de servir a comunidade.



Nova Voz às Juventudes – Ciclo de Auscultação

Município de Gaia



O NOVA VOZ À(S) JUVENTUDE(S) organizou um ciclo de diálogo jovem, no qual participaram 712 jovens e decisores políticos, peritos de juventude e outros stakeholders.

Foi desenvolvida uma estratégia de futuro que vai calibrar o Plano Municipal das Juventudes de Gaia.

Trata-se de um projeto de máxima amplitude que, para além de servir de base à construção do plano, traduz também uma prática permanente de contacto direto com os jovens do concelho, obedecendo à premissa de que nada é feito em Gaia sem prévia auscultação dos jovens.

Fórum do Território

Município de Odemira



O Fórum do Território é uma iniciativa que a Câmara Municipal de Odemira põe à disposição de todos os cidadãos, sem exceção, para a co-construção de uma Agenda Territorial 2030 e de um compromisso de ação partilhada, como exercício de democracia direta, rumo a um processo transformativo da gestão do Território Odemirense.

ENCOSTA – Programa de Regeneração Urbana e Social da Encosta de S. Vicente

Município de Torres Vedras



A prática aqui apresentada é a Estratégia de Comunicação e Divulgação do Programa ENCOSTA – Regeneração Urbana e Social da Encosta de S. Vicente, que integra o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano de Torres Vedras (PEDU).

O PEDU congrega ações de regeneração urbana, mobilidade e intervenção social inscritas nos planos de ação: PARU, PAICD e PAMUS.

A abrangência das ações do PEDU e as especificidades dos planos de ação obrigam à existência de planos de comunicação específicos para cada um dos Planos, logo a comunicação do programa “Encosta” foi adaptada, tendo em conta a escala e o público-alvo em causa, abrangendo apenas dois planos de ação: PARU e PAICD.

A estratégia assenta numa “comunicação de proximidade”, com o objetivo de incluir a comunidade no processo de regeneração urbana, garantindo que as ações previstas resultem numa regeneração física e social duradoura e autorregulada. As ações do programa “Encosta” têm sido comunicadas no contexto deste continuum, como resultado de um plano maior de regeneração urbana.

Com esta estratégia de comunicação pretende-se, sobretudo, informar, divulgar e envolver a população de forma objetiva e transparente, utilizando os instrumentos de comunicação que melhor se adequam em função das tipologias de público-alvo e das próprias intervenções, assente nos seguintes objetivos: Informar a opinião pública sobre as ações, seus objetivos e relevância no contexto da cidade; Fomentar a participação e interação da população; Envolver a população e agentes locais ao longo de todo o processo de forma a ancorar o programa Encosta na comunidade residente; Divulgar junto dos públicos-alvo a evolução da implementação das ações; Reforçar a aprendizagem organizacional e social; Aumentar a corresponsabilização e sensibilizar para a importância da preservação do edificado e do espaço público; Promover a inclusão social pela Arte; Reforço da Autoestima da comunidade; Divulgar o papel da União Europeia no financiamento das ações.



Orçamento Participativo do Funchal

Município do Funchal



O Orçamento Participativo do Funchal é um instrumento deliberativo que possibilita a participação dos cidadãos na gestão municipal. Este é um processo promotor do aprofundamento da democracia participativa e cidadania, que incide sobre toda a área territorial do concelho do Funchal.

O ciclo do OPF é organizado anualmente de acordo com as seguintes fases: Preparação do processo e divulgação; Apresentação de propostas; Análise técnica; Período de reclamações; Votação pública; Apresentação dos Resultados; Execução dos projetos aprovados.

Podem participar todos os cidadãos, em função das categorias (juvenil, escolar, concelhia e sénior), que tenham interesse em contribuir de forma ativa, para a melhoria das condições de vida no Município e que pretendam apresentar propostas, debater e/ou votar nos projetos apresentados.

Na fase de Apresentação de Propostas realizam-se sessões de esclarecimento direcionadas a toda a população que pretenda ver as suas dúvidas esclarecidas, apresentar propostas ou debatê-las presencialmente. Estas sessões integram elementos da equipa de apoio técnico e da equipa de análise técnica da Câmara Municipal do Funchal (CMF). Cada participante só pode apresentar uma proposta que, posteriormente, será objeto de uma análise técnica de viabilidade. Esta análise é efetuada pela equipa de avaliação técnica composta por elementos dos serviços municipais.



A CMF disponibiliza 550.000€ para implementar os projetos mais votados pela população nas categorias juvenil, escolar, concelhia e sénior.

Na categoria juvenil, os investimentos vencedores não deverão exceder o montante máximo global de 100.000€. Na componente dos projetos escolares, os vencedores não podem ultrapassar o valor máximo global de 100.000€. Na categoria das propostas concelhias, as vencedores não podem ir além dos 250.000€. Na componente dos projetos seniores, os vencedores não deverão exceder o valor de 100.000€.

Cada cidadão tem direito a votar em dois projetos distintos, independentemente da categoria em que estejam inseridos. O direito à votação é exercido através da plataforma eletrónica disponibilizada para o efeito. São, também, designados pontos de votação onde estão presentes elementos da equipa para apoiar presencialmente os cidadãos na sua votação.

Os resultados são apresentados numa sessão pública, com a presença da Presidente da CMF, bem como divulgados na plataforma eletrónica.

Festa da Juventude

Município de Lagoa, Algarve



A Festa da Juventude de Lagoa surge no Ano Europeu da Juventude, através de uma ideia da turma de 9º B da ESPAMOL e do projeto Cidadania 4.0, e transformou-se num evento anual dedicado à juventude e às famílias, proporcionando momentos de partilha e diversão, com atividades lúdicas, educativas e desportivas.

Fórum Sénior da Amadora

Município da Amadora



O envelhecimento, como processo, requer uma abordagem sistémica, focalizada na pessoa, capaz de todas as dimensões vivenciais que contribuem para a sua qualidade de vida bem-estar.

O Fórum Sénior Amadora (FSA) constitui-se como um espaço de cidadania ativa, criado com o objetivo de dar voz aos seniores, privilegiando a definição de linhas orientadoras para as políticas públicas locais.

As melhores soluções advêm sempre de uma reflexão coletiva, focada no indivíduo e integrando as vivências e expectativas daqueles que vivem os problemas na primeira pessoa, em prol do bem comum.

O FSA integra elementos de várias áreas de intervenção, assim como representantes das pessoas com mais de 65 anos residentes na Amadora, por forma a reforçar uma abordagem integrada do envelhecimento e das respostas a criar em seu benefício, corresponsabilizando cada um pelo bem comum – Viver bem a idade.

Projeto Nós Participamos

Município de Oeiras

Projeto Bolsa de Ideias
Nós Participamos

2023

Apresenta a tua ideia para melhorar o local de trabalho. Envia a tua proposta e vê as tuas ideias tornarem-se realidade.

Apresentação de propostas: **02 de novembro a 31 de dezembro.**

Dá vida às tuas ideias

Condições de participação em nosparticipamos.oeiras.pt ou em formulário próprio fornecido pela DPS (para trabalhadores sem acesso a meios informáticos)

MAIS INFORMAÇÃO:
Email: nosparticipamos@oeiras.pt | Ext: 1256 / 3476

11 COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE PROPOSTAS

16 DE ABRIL 2023

OEIRAS VALLEY

Câmara Municipal de Oeiras

NÓS OEIRAS

O Projeto Nós Participamos pretendeu promover a democracia participativa dos trabalhadores do Município de Oeiras, bem como o trabalho em rede e o espírito de equipa, mediante a concretização de projetos cocriados por grupos de trabalhadores.

O objetivo foi a criação de uma cultura organizacional participada, no âmbito da qual foram apresentadas propostas cocriadas pelos trabalhadores para os trabalhadores, que, no essencial, fomentaram a proximidade entre esses e a organização, aumentando o sentimento de pertença, contribuíram para a requalificação de espaços de trabalho/descanso, bem como aumentaram os níveis de participação nas iniciativas promovidas pelo Município.

Rede Freguês – Cartão Freguês

União de Freguesias de Massamá e Monte Abraão



Centrado numa política de proximidade, o projeto “Rede Freguês” nasceu em 2014 com a intenção de dar sinais de ânimo e estímulo a todos os que escolheram a Freguesia de Massamá e Monte Abraão para desenvolver o seu negócio.

Este projeto foi pioneiro, tendo sido a União das Freguesias de Massamá e Monte Abraão a primeira Junta de Freguesia a ter um projeto desta natureza, em todo o Concelho de Sintra.

Este tem como objetivo primordial a implementação de um hábito de consumo no comércio local da Freguesia, de forma a ajudar a manter as unidades comerciais abertas e a salvaguardar o maior número de postos de trabalho. Como segundo objetivo, mas não menos importante, trabalhamos no sentido de ajudar pessoas e famílias na hora de consumir bens de consumo de primeira e segunda necessidade.

Os descontos disponibilizados pelos comerciantes das lojas não são o único meio de auxílio, uma vez que desenvolvemos anualmente concursos no âmbito da “Rede Freguês”, uns direcionados apenas para os lojistas e outros para os fregueses. Desde a sua génese que vários eventos/concursos têm estado associados a este projeto, dos quais destacamos: Compre na Freguesia, Montras de Natal, Árvores de Natal, Giveaway-Dia dos Namorados, O melhor disfarce de Carnaval e o Peddy Paper. Em 2020, em plena pandemia COVID-19, a “Rede Freguês” criou o PAEL (Programa de Apoio à Economia Local) com uma dotação de 5.000€. O programa consistiu na atribuição de vales de comprar no valor de 50€, para o cidadão poder utilizar nos estabelecimentos aderentes à “Rede Freguês”, apoiando o cidadão financeiramente nas suas compras e estimulando o consumo no nosso comércio local, de forma a ajudar a manter as unidades comerciais abertas e a manutenção dos postos de trabalho. Em 2023, as famílias apoiadas pelo serviço social desta autarquia receberam vouchers no valor de 13.360€, que foram posteriormente gastos nas lojas de bens alimentares da “Rede Freguês”. Em suma, este projeto tem a grande ambição de promover o comércio local nesta era global, mas também de contribuir para a participação ativa dos cidadãos em eventos de várias índoles.



Redes de Parceiros do Contrato Local de Segurança de Oeiras - Carnaxide e Navegadores

Município de Oeiras



No âmbito da Política de Intervenção Social e do Contrato Local de Segurança de Oeiras, foram constituídas 2 Redes de Parceiros, para promover e implementar uma estratégia de intervenção social de governança integrada, criando um contexto colaborativo e participativo, visando a abordagem/gestão de necessidades e desafios através de um diálogo permanente e uma multiplicidade de ações concertadas.

Livro

CUIDADORES DO TERRITÓRIO

PARCERIAS ENTRE
ESTADO E
COMUNIDADE PARA A
COGESTÃO DE BENS
PÚBLICOS



LIVRO “CUIDADORES DO TERRITÓRIO” FOI PUBLICAMENTE APRESENTADO

A publicação “Cuidadores do Território – Parcerias entre Estado e Comunidade para a cogestão de bens públicos” resulta de um trabalho de investigação levado a cabo ao longo do último ano e meio e que teve como primeiro desafio mapear iniciativas de colaboração entre autarquias e cidadãos para a gestão conjunta de bens públicos.



Sessão de apresentação do livro, 17 de outubro, Valongo

Trata-se de um tema pouco conhecido, que escapa aos holofotes mais mediáticos e aos radares da academia, mas que deve merecer uma atenção muito particular pelas inúmeras reflexões que proporciona sobre a participação pública, a relação entre Estado e Comunidade, a promoção de serviços públicos e a sua relação com o reforço dos sistemas democráticos.

O trabalho levado a cabo permitiu identificar doze iniciativas no âmbito das quais cidadãos, mas também grupos, movimentos, escolas, associações e empresas colaboram com as suas autarquias na administração de bens coletivos, sendo este o fundamento dos autores para a designação de Cuidadores do Território, entendidos como indivíduos que dão o seu tempo e mobilizam as suas vocações e competências para cuidar de um património comum, que tradicionalmente cabe ao Estado assegurar no âmbito das suas atribuições e dos serviços que presta à comunidade.

As funções que esses desempenham são diversas e assumem diferentes formas ou designações, entre as quais “tutores”, “zeladores”, “soldados ambientais”, “guarda-rios”, “plantadores”, “padrinhos” e “madrinhas” do espaço público.

Os exemplos expostos no livro abrangem uma variedade de contextos e áreas de atuação, entre as quais (i) a monitorização do espaço público urbano e de equipamentos coletivos, de forma a contribuir para a sua boa manutenção e usufruto pleno; (ii) a ampliação da cobertura verde dos territórios, com a plantação de árvores e a criação ou melhoria de jardins públicos; (iii) o reforço da segurança das populações, através de ações de prevenção e combate a situações de catástrofe, como é o caso dos incêndios florestais;

(iv) a monitorização e manutenção de áreas naturais, como rios e ribeiras, contribuindo para a sua preservação; (v) a valorização de património de interesse público, assegurando as condições de acesso e visitação do mesmo.



De acordo com os autores, estas práticas resultam num conjunto muito vasto de benefícios para a Administração Pública e para a Comunidade. Esses são, entre outros, a grande capacidade de mobilização cidadã, o combate à desinformação e ao populismo, a adoção partilhada de medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas, a melhoria do espaço público urbano e natural, a aproximação e a criação de confiança mútua entre Administração e cidadãos, um maior equilíbrio e racionalidade entre modelos de gestão de recursos e serviços públicos, o reforço dos espaços de aprendizagem ao longo da vida e a promoção do envelhecimento ativo.



Pelo exposto na publicação, as iniciativas de cuidadores configuram-se como um modelo inovador de governação colaborativa, que fortalece as capacidades do Estado, ao mesmo tempo que aprofunda a cidadania, promovendo um ciclo virtuoso de confiança mútua e responsabilidade partilhada, contribuindo, assim, para enfrentar a crise das democracias modernas.



O livro foi lançado em Valongo, no âmbito da 23ª Conferência do Observatório Internacional de Democracia Participativa, perante um público muito diverso, tendo contado com a presença de José Manuel Ribeiro, Presidente da Rede de Autarquias Participativas, dos autores e de três das iniciativas retratadas na publicação, em concreto o programa Tutores de Cascais, o programa Idosos Saudáveis e Ativos (Torres Vedras) e o projeto Plantar Lousada.

O livro encontra-se disponível para download no seguinte [endereço](#).

Curso de formação

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

CONCEITOS E MÉTODOS



INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O CURSO DE FORMAÇÃO SOBRE “PARTICIPAÇÃO PÚBLICA”

A Rede de Autarquias Participativas e a Oficina lançam curso de formação intitulado “Participação Pública - Conceitos e Métodos”.



Este curso oferece uma oportunidade única para explorar a relevância e os benefícios da participação dos cidadãos na construção de políticas públicas, no reforço da legitimidade das instituições e na qualificação da democracia.

Ao longo dos quatro módulos que compõem este curso, serão abordados temas como:

- Os desafios que as democracias liberais enfrentam na atualidade;
- A participação pública, com uma proposta de definição conceptual, análise da sua importância, dos benefícios que aporta, dos mitos e desafios que enfrenta;
- A apresentação de diversos métodos de participação pública, com recurso a uma explicação dos mesmos, dos propósitos a que se destinam e dos recursos a mobilizar para a sua implementação;
- Um laboratório de boas práticas, que pode ser aproveitado para rever um processo de participação em curso, ou conceber um novo.

Trata-se de uma ação de formação com a duração de 30 horas, que foi meticulosamente concebida para responder às necessidades de eleitos, dirigentes e profissionais que querem desenvolver competências ao nível da conceção, implementação e avaliação e processos participativos.

De forma a facilitar o acesso dos participantes, a ação decorrerá à distância, através de uma plataforma de videoconferência, entre os meses de janeiro e março de 2025.

Para mais informações e inscrições consultar o seguinte [endereço](#).



Rede de Autarquias Participativas

<https://participaportugal.pt>

Secretaria Técnica

Oficina

rap@oficina.org.pt